
“ME SINTO JÁ UMA DONA DE CASA”: ADULTIZAÇÃO INFANTIL, CUIDADO FAMILIAR E RESTRIÇÃO DO BRINCAR NO SEMIÁRIDO BAIANO

“I ALREADY FEEL LIKE A HOUSEWIFE”: CHILD ADULTIFICATION, FAMILY CAREGIVING AND THE RESTRICTION OF PLAY IN THE SEMI-ARID REGION OF BAHIA

Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas • 09/07/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/783221415](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/783221415)

Kelma dos Santos Passos Oliveira
Manoel Messias Alves de Souza

RESUMO

O artigo aborda a adultização infantil no contexto do semiárido baiano, tomando como problema a atribuição precoce de responsabilidades domésticas, familiares e produtivas a crianças e adolescentes, em tensão com o direito ao brincar, ao descanso e à proteção integral. O objetivo principal foi analisar como crianças e adolescentes de Santana do Sobrado, em Casa Nova, Bahia, narram e significam experiências de cuidado familiar, tarefas domésticas, trabalho precoce e restrição do brincar. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, com entrevistas semiestruturadas realizadas com 22 estudantes de 11 a 16 anos, articuladas a uma revisão integrativa de suporte teórico, iniciada com 32 referências e consolidada em corpus final de 32 documentos selecionados por pertinência temática. Os dados foram examinados por análise temática de conteúdo. Os resultados indicam que a adultização se manifesta sobretudo pela limpeza da casa, preparo de alimentos, cuidado de irmãos e familiares, apoio a atividades produtivas e redução do tempo livre. As narrativas revelam ambivalência: as responsabilidades aparecem como ajuda, dever, orgulho e sinal de maturidade, mas também como cansaço, limitação da sociabilidade e perda do tempo próprio. A discussão evidencia que esse processo é atravessado por gênero, pobreza, adultocentrismo e insuficiência de políticas públicas de cuidado, recaindo de modo mais intenso sobre meninas. Conclui-se que reconhecer a adultização infantil exige olhar para além do trabalho infantil formal e identificar práticas cotidianas, naturalizadas e invisíveis que transferem responsabilidades adultas para crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Infância; Gênero; Trabalho doméstico; Proteção social; Desigualdade social.

ABSTRACT

This article addresses child adultification in the semi-arid region of Bahia, Brazil, focusing on the early assignment of domestic, family and productive responsibilities to children and adolescents, in tension with their right to play, rest and full protection. The main objective was to analyze how children and adolescents from Santana do Sobrado, in Casa Nova, Bahia, narrate and give meaning to experiences of family caregiving, household chores, early work and restriction of play. The study adopted a qualitative approach, based on semi-structured interviews with 22 students aged 11 to 16, combined with an integrative review used as theoretical support. The review began with 32 references and resulted in a final corpus of 32 documents selected according to thematic relevance. The data were examined through thematic content analysis. The results show that adultification is mainly expressed through house cleaning, food preparation, care for siblings and relatives, support in productive activities and reduced free time. The narratives reveal ambivalence: responsibilities are described as help, duty, pride and a sign of maturity, but also as tiredness, restricted sociability and loss of personal time. The discussion indicates that this process is shaped by gender, poverty, adultcentrism and insufficient public care policies, affecting girls more intensely. The study concludes that recognizing child adultification requires looking beyond formal child labor and identifying everyday, naturalized and invisible practices through which children and adolescents come to sustain adult responsibilities within families.

Keywords: Childhood; Gender; Domestic work; Social protection; Social inequality.

1. INTRODUÇÃO

A adultização infantil pode ser compreendida como a atribuição precoce de responsabilidades, expectativas e papéis socialmente associados ao mundo adulto a sujeitos que ainda se encontram em processo de desenvolvimento. Trata-se de um fenômeno que desloca crianças e adolescentes de experiências próprias da infância, como o brincar, o convívio entre pares, o descanso e a escolarização protegida, para posições marcadas por obrigações domésticas, laborais e familiares. Embora a infância tenha sido historicamente construída como categoria social e não apenas biológica, conforme discutido por Ariès (1981) e Sarmiento (2005), sua vivência concreta permanece atravessada por desigualdades que diferenciam quais crianças podem ser protegidas e quais são precocemente convocadas a assumir responsabilidades adultas.

No Brasil, essa convocação pode ocorrer de maneira explícita, por meio do trabalho infantil, mas também se manifesta de forma menos visível, na intensificação das tarefas domésticas, no cuidado cotidiano de irmãos, idosos ou familiares adoecidos, na vigilância da casa e na renúncia ao tempo livre e ao brincar. Esse processo não se produz de modo isolado nem pode ser interpretado apenas como traço cultural familiar. A adultização está relacionada à pobreza, ao trabalho informal, à fragilidade da proteção social, à ausência de políticas públicas de cuidado, à insuficiência de equipamentos destinados a crianças e adolescentes e à sobrecarga de famílias que, em territórios vulnerabilizados, dependem da participação infantil para sustentar a organização cotidiana da vida.

Estudos recentes sobre adultização, cuidado e vulnerabilidade social têm indicado que a responsabilização precoce tende a ser naturalizada como “ajuda”, “obrigação” ou “aprendizado”, embora frequentemente oculte formas persistentes de desigualdade e

violação de direitos (Ferreira et al., 2021; Alves, 2025; Nóbrega, 2025; Oliveira et al., 2025; Rissari et al., 2025; Vilar et al., 2026). Quando essas práticas recaem de modo mais intenso sobre meninas, especialmente nas atividades domésticas e no cuidado de familiares, tornam-se evidentes os efeitos da divisão sexual do trabalho e das hierarquias simbólicas que fazem da casa um espaço de reprodução de desigualdades de gênero, como problematizam Bourdieu (1999) e Pessoa e Silva (2025).

A proteção integral prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) e pelas diretrizes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) (2006) reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, exigindo prioridade absoluta na formulação de políticas públicas. Contudo, entre o reconhecimento jurídico e a experiência social concreta, persistem lacunas significativas. Em contextos marcados por precariedade econômica, informalidade laboral e baixa presença estatal, a fronteira entre colaboração familiar, aprendizagem de responsabilidades e exploração precoce torna-se socialmente ambígua.

Essa ambiguidade é particularmente relevante em territórios rurais e semiáridos, nos quais as redes familiares costumam operar como principal suporte cotidiano diante da insuficiência de serviços públicos de cuidado, lazer, assistência e proteção. Assim, a adultização não deve ser lida apenas como decisão privada das famílias, mas como efeito de arranjos sociais mais amplos que transferem para o núcleo doméstico e, dentro dele, para crianças e adolescentes, responsabilidades que deveriam ser compartilhadas por políticas públicas consistentes.

Apesar do crescimento das pesquisas sobre infância, vulnerabilidade e trabalho infantil, parte expressiva da produção ainda privilegia a perspectiva de adultos, profissionais, familiares ou instituições, deixando em segundo plano a escuta direta das crianças e adolescentes sobre suas próprias experiências. Essa lacuna é ainda mais sensível quando se trata de infâncias rurais e semiáridas no Brasil, frequentemente invisibilizadas por análises centradas em contextos urbanos ou por abordagens que tratam a infância vulnerável apenas como objeto de tutela. Considerar as narrativas infantis e juvenis não significa romantizar sua agência nem desconsiderar relações de poder, mas reconhecer que esses sujeitos interpretam, justificam, sofrem e ressignificam as responsabilidades que lhes são atribuídas. Tal perspectiva dialoga com abordagens contemporâneas da sociologia da infância, que compreendem crianças e adolescentes como participantes ativos da vida social, ainda que situados em relações assimétricas de classe, gênero, geração e território (Sarmiento, 2005; Martti et al., 2022; Guerres-Zucco; Oliveira, 2024; Fim; César, 2022).

Este estudo justifica-se, portanto, por escutar diretamente crianças e adolescentes de uma escola pública situada no semiárido baiano, em Santana do Sobrado, distrito de Casa Nova, Bahia, território pouco visibilizado na literatura sobre adultização infantil. Ao articular responsabilidades domésticas, cuidado familiar, trabalho precoce, desigualdades de gênero e restrição do brincar, o artigo busca ampliar o debate sobre infância para além da dicotomia entre vítima e agente. A criança adultizada não é apenas submetida passivamente a imposições externas, tampouco deve ser celebrada como sujeito “maduro” por suportar encargos incompatíveis com sua idade. Entre esses polos, emergem experiências ambivalentes, nas quais o dever familiar pode ser vivido como pertencimento,

reconhecimento e aprendizagem, mas também como cansaço, perda de liberdade, limitação do brincar e sofrimento pouco verbalizado.

A pergunta que orienta esta investigação é: como crianças e adolescentes de uma escola pública do semiárido baiano percebem, naturalizam e ressignificam responsabilidades adultas atribuídas no contexto familiar? O objetivo do artigo é analisar como esses sujeitos percebem, naturalizam e ressignificam experiências de adultização no âmbito familiar, especialmente aquelas relacionadas a tarefas domésticas, cuidado de familiares, trabalho precoce e restrição do brincar. Sua contribuição original consiste em evidenciar que a adultização infantil, nesse território, não aparece apenas como imposição externa claramente reconhecida como violação, mas como experiência socialmente ambígua: naturalizada como dever familiar, por vezes valorizada como sinal de maturidade, embora associada à redução do tempo livre, à limitação das brincadeiras, ao cansaço físico e a formas discretas de sofrimento.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Infância, Agência Infantil e Adultocentrismo

A infância não constitui uma realidade universal, homogênea ou exclusivamente biológica. Embora esteja vinculada a marcadores etários e a processos de desenvolvimento, sua significação social varia historicamente e se reorganiza conforme classe, gênero, raça, território, arranjos familiares e regimes de proteção. A contribuição clássica de Ariès (1981) permanece relevante ao mostrar que a infância, como categoria diferenciada da vida adulta, resultou de transformações históricas nas formas de família, escolarização e

sensibilidade social. Sarmiento (2005), ao deslocar o debate para a sociologia da infância, aprofunda essa compreensão ao tratar as crianças como sujeitos inseridos em uma categoria geracional específica, cujas experiências não podem ser deduzidas apenas a partir das interpretações adultas.

Essa inflexão teórica é decisiva para estudos sobre vulnerabilidade, pois impede que crianças e adolescentes sejam reduzidos à condição de objetos passivos de proteção. O reconhecimento de sua agência não significa negar assimetrias de poder, dependência material ou exposição a violações, mas compreender que esses sujeitos interpretam, negociam, justificam e ressignificam as condições nas quais vivem.

Martti et al. (2022), Guerres-Zucco e Oliveira (2024) e Fim e César (2022) contribuem para esse deslocamento ao enfatizarem que a escuta infantil não deve ser tratada como recurso ilustrativo, e sim como procedimento epistemológico capaz de revelar dimensões pouco acessíveis quando a infância é descrita apenas por famílias, profissionais ou instituições. Ouvir crianças e adolescentes, portanto, não é uma concessão metodológica, mas uma exigência analítica para compreender como responsabilidades, afetos, obrigações e renúncias são vividos no cotidiano.

O adultocentrismo atua justamente no sentido oposto. Ele organiza a vida social a partir da primazia da experiência adulta, atribuindo maior legitimidade à voz dos responsáveis, gestores, educadores e especialistas, enquanto tende a considerar as percepções infantis como incompletas, ingênuas ou secundárias. Essa lógica produz um duplo apagamento: por um lado, silencia sofrimentos que não se apresentam em linguagem formalizada; por outro, desconsidera que

crianças e adolescentes elaboram sentidos próprios sobre o trabalho, o cuidado, a família e o brincar. A crítica ao adultocentrismo é particularmente importante quando se investigam territórios marcados por pobreza e desigualdade, pois a naturalização da “ajuda” doméstica ou da maturidade precoce pode encobrir sobrecargas incompatíveis com a proteção integral.

No plano normativo, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que crianças e adolescentes “gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana” (Brasil, 1990, art. 3º), definição que desloca a infância do campo da tutela discricionária para o campo dos direitos. O mesmo marco legal assegura a garantia de “brincar, praticar esportes e divertir-se” (Brasil, 1990, art. 16), ponto central para este artigo, pois a restrição do brincar não pode ser tratada como perda menor ou efeito colateral inevitável da pobreza.

Quando o tempo infantil é reorganizado em torno de tarefas domésticas intensas, cuidado de familiares e trabalho precoce, não se altera apenas a rotina; modifica-se a própria possibilidade de viver a infância como experiência protegida, relacional e lúdica. Rizzini (2009) adverte que, no Brasil, a história das infâncias pobres foi frequentemente atravessada por práticas de controle, moralização e preparação precoce para o trabalho, o que ajuda a compreender por que certas formas de responsabilização infantil permanecem socialmente toleradas.

2.2. Adultização Infantil, Parentificação e Jovens Cuidadores

Neste artigo, a adultização infantil é compreendida como a atribuição precoce e recorrente de responsabilidades, expectativas e

papéis socialmente associados ao mundo adulto, de modo incompatível com a idade e com os direitos ao brincar, ao descanso, à escolarização e ao desenvolvimento integral. Essa definição permite examinar situações em que crianças e adolescentes são convocados a cuidar da casa, assumir tarefas produtivas, responder pelo bem-estar de irmãos ou familiares, administrar preocupações econômicas e apresentar comportamentos de autocontrole, maturidade e eficiência que excedem sua condição geracional. A adultização, portanto, não se limita ao trabalho infantil formalmente identificável; ela também opera em práticas ordinárias, difusas e moralmente valorizadas, frequentemente nomeadas como responsabilidade, ajuda ou aprendizado.

A literatura recente do corpus tem mostrado que esse fenômeno se expressa por múltiplas vias. Ferreira et al. (2021), Alves (2025), Nóbrega (2025), Oliveira et al. (2025), Rissari et al. (2025) e Vilar et al. (2026) indicam que a adultização articula dimensões familiares, escolares, econômicas, morais e culturais. Ela pode aparecer como exigência explícita de trabalho, mas também como incorporação silenciosa de expectativas adultas, especialmente quando a criança passa a ser reconhecida por sua utilidade doméstica, pela capacidade de “não dar trabalho” ou pela disposição em sacrificar o brincar em nome da família. A ambivalência é constitutiva do fenômeno: o mesmo encargo que produz cansaço e limitação pode ser narrado como sinal de confiança, pertencimento ou amadurecimento. Por isso, a análise não deve romantizar a agência infantil nem reduzir toda participação em atividades familiares a exploração, mas precisa interrogar intensidade, frequência, necessidade, risco e efeitos sobre direitos fundamentais.

A parentificação corresponde a um processo mais específico, no qual ocorre inversão ou deslocamento de papéis familiares. Nessa situação, crianças e adolescentes assumem funções emocionais, práticas ou de cuidado que deveriam ser exercidas por adultos, passando a responder por irmãos, familiares adoecidos, pessoas idosas ou até pelo equilíbrio afetivo da casa. Embora dialogue com a adultização, a parentificação não é sinônimo dela.

A adultização pode envolver trabalho precoce, sexualização, exigência de maturidade ou responsabilização doméstica; a parentificação se concentra na reorganização da hierarquia familiar, quando o sujeito infantil passa a ocupar posição de suporte, substituição ou contenção em relação aos adultos. Essa distinção é importante porque permite identificar situações em que o cuidado deixa de ser participação solidária e passa a constituir obrigação estrutural, contínua e pouco negociável.

A categoria dos jovens cuidadores amplia essa discussão ao designar crianças e adolescentes que cuidam regularmente de irmãos menores, idosos, pessoas com deficiência, familiares adoecidos ou outros membros dependentes. Costa e Silva (2024), Silva et al. (2024), Sousa et al. (2023) e Rissi et al. (2024) contribuem para tornar visível esse tipo de trabalho relacional, muitas vezes invisibilizado por ocorrer no interior da família e por ser interpretado como expressão natural de afeto. O cuidado, entretanto, não é uma prática neutra. Ele demanda tempo, atenção, esforço físico, vigilância emocional e renúncia a atividades próprias da idade. Quando se torna sistemático, pode interferir na escolarização, no descanso, na circulação comunitária e na fruição do brincar, produzindo uma infância atravessada por obrigações que raramente são nomeadas como trabalho.

A diferenciação entre tarefas domésticas eventuais e trabalho infantil exige atenção analítica. Nem toda colaboração familiar configura violação de direitos, especialmente quando é proporcional à idade, limitada no tempo, não envolve riscos e não prejudica escola, lazer, saúde ou desenvolvimento. O problema emerge quando atividades domésticas, agrícolas, comerciais ou de cuidado assumem caráter sistemático, extenuante, perigoso ou substitutivo da responsabilidade adulta.

O Estatuto da Criança e do Adolescente e as diretrizes do CONANDA (2006) oferecem parâmetros normativos para essa distinção, enquanto UNICEF e FBSP (2021) evidenciam que violações contra crianças e adolescentes tendem a ser agravadas quando permanecem confinadas ao espaço doméstico e fora dos mecanismos institucionais de identificação. Rizzini e Couto (2021) reforçam que a proteção integral depende de redes capazes de reconhecer práticas socialmente naturalizadas, pois a invisibilidade não elimina a violação; ao contrário, frequentemente a torna mais persistente.

2.3. Gênero, Cuidado e Divisão Sexual do Trabalho na Infância

A adultização infantil possui uma dimensão profundamente generificada. Em muitas famílias, meninas são introduzidas mais cedo nas tarefas domésticas, no cuidado de irmãos, na limpeza, na preparação de alimentos e na organização da casa, enquanto meninos tendem a ser mais associados a atividades externas, produtivas ou de apoio eventual. Essa distribuição não decorre de aptidões naturais, mas da reprodução precoce da divisão sexual do trabalho. Bourdieu (1999, p. 18) sintetiza essa naturalização ao afirmar que “a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela

dispensa justificação”. A frase ajuda a compreender por que a sobrecarga doméstica feminina, inclusive na infância, muitas vezes aparece como algo evidente, esperado e pouco questionado.

Pessoa e Silva (2025) contribuem para problematizar a forma como o cuidado é socialmente feminizado e moralmente associado à disponibilidade das mulheres. Quando essa lógica alcança meninas, produz-se uma antecipação da identidade doméstica: a criança passa a ser reconhecida como responsável, prendada, madura ou “dona de casa”, antes mesmo de dispor de condições subjetivas, materiais e geracionais para escolher esse lugar. A expressão “dona de casa”, quando mobilizada por meninas para descrever a si mesmas, não deve ser lida apenas como reprodução ingênua de papéis familiares. Ela condensa reconhecimento, orgulho, obrigação, aprendizagem e restrição. Revela, ao mesmo tempo, uma forma de pertencimento ao núcleo familiar e uma incorporação precoce de expectativas de gênero que delimitam o horizonte do possível.

O cuidado invisível das meninas costuma ser confundido com ajuda, justamente porque ocorre em espaços privados e se apoia em afetos familiares. Rizzini (2009) mostra que a infância pobre no Brasil foi historicamente submetida a critérios morais diferenciados, nos quais o trabalho e a disciplina apareciam como estratégias de formação. Essa herança ajuda a explicar por que a participação de meninas na manutenção da casa pode ser valorizada como virtude, ainda que reduza seu tempo de descanso, sua presença em atividades lúdicas e sua disponibilidade para a escola.

A violência simbólica, nos termos de Bourdieu (1999), opera quando uma imposição social passa a ser percebida como escolha natural, vocação ou dever moral. No caso da infância feminina, essa operação

é particularmente sensível, pois a desigualdade de gênero se apresenta como aprendizado doméstico.

A discussão sobre cuidado também exige evitar duas simplificações. A primeira seria considerar toda tarefa doméstica como exploração, ignorando que a participação familiar pode produzir pertencimento e cooperação. A segunda, mais recorrente em contextos de pobreza, seria tratar sobrecargas persistentes como simples expressão de solidariedade. Entre esses extremos, torna-se necessário observar a densidade das responsabilidades assumidas, sua distribuição entre meninos e meninas, o grau de exigência adulta e os efeitos sobre o brincar. Ferreira et al. (2021), Oliveira et al. (2025) e Rissari et al. (2025) indicam que a adultização é frequentemente legitimada por uma gramática moral da maturidade, na qual a criança responsável é elogiada justamente por suportar privações que deveriam suscitar proteção. Essa gramática torna-se mais forte quando se combina com gênero, classe e território.

2.4. Pobreza, Semiárido e Proteção Social da Infância

A compreensão da adultização no semiárido baiano requer situá-la em condições sociais específicas. Territórios semiáridos são frequentemente atravessados por restrições econômicas, trabalho informal, sazonalidade agrícola, deslocamentos familiares, precariedade de renda e insuficiência de equipamentos públicos de cuidado, lazer e proteção. Essas condições não determinam mecanicamente a adultização, mas criam um ambiente no qual a participação de crianças e adolescentes na reprodução cotidiana da vida familiar pode se tornar mais intensa e menos questionada. Andion et al. (2023), Lima et al. (2025) e Rodrigues et al. (2023) permitem pensar a proteção social como arranjo territorial,

dependente da articulação entre políticas públicas, redes comunitárias, escola, assistência social, saúde e sistema de garantia de direitos.

A pobreza, nesse debate, não deve ser mobilizada como explicação moralizante das práticas familiares. Famílias vulnerabilizadas frequentemente recorrem à cooperação doméstica infantil porque enfrentam ausência de creches, escassez de espaços de contraturno, dificuldade de acesso a serviços, informalidade do trabalho adulto e fragilidade das políticas de cuidado. Responsabilizar exclusivamente os responsáveis seria ocultar a dimensão estrutural do problema. Ao mesmo tempo, reconhecer a precariedade não autoriza normalizar violações. A proteção integral exige interpretar a adultização como fenômeno produzido na intersecção entre desigualdade social, organização familiar e insuficiência estatal.

No semiárido, a escola ocupa lugar estratégico. Para muitas crianças e adolescentes, ela é não apenas espaço de escolarização, mas também ambiente de convivência, alimentação, observação de sinais de sofrimento, acesso a adultos de referência e possível acionamento da rede de proteção. Rizzini e Couto (2021) e UNICEF e FBSP (2021) indicam que a identificação de violações depende de instituições capazes de perceber mudanças de comportamento, faltas recorrentes, cansaço, queda no rendimento, isolamento e relatos indiretos. A escola pública, especialmente em territórios pouco assistidos por outros equipamentos, pode funcionar como ponto privilegiado de escuta e encaminhamento, desde que não transforme a criança em mera fonte de denúncia nem reduza sua narrativa a evidência burocrática.

As políticas públicas de proteção à infância precisam, portanto, superar respostas fragmentadas. A adultização ligada a tarefas domésticas, cuidado de familiares, trabalho precoce e restrição do brincar demanda atuação intersetorial, com assistência social, educação, saúde, conselhos tutelares, sistema de garantia de direitos e políticas de cuidado. CONANDA (2006), Brasil (1990), Rizzini e Couto (2021) e Lima et al. (2025) apontam para a necessidade de redes capazes de articular prevenção, identificação e acompanhamento continuado. Em territórios rurais e semiáridos, essa articulação precisa considerar distâncias, vínculos comunitários, informalidade do trabalho e centralidade das famílias, sem converter cultura local em justificativa para desigualdade.

Por fim, a adultização contemporânea também se reconfigura em ambientes digitais, ainda que este estudo privilegie o cotidiano familiar e doméstico. Lima (2025) e Sommer et al. (2026) mostram que expectativas adultas podem ser intensificadas por mídias, performances de maturidade, exposição precoce e novas formas de reconhecimento social. Essa dimensão amplia o problema, mas não substitui sua materialidade territorial. No caso analisado, a questão central permanece situada no cruzamento entre pobreza, gênero, cuidado familiar e restrição do brincar. A contribuição teórica do artigo consiste justamente em tratar a adultização como experiência ambivalente: ela pode ser narrada como dever, ajuda e maturidade, mas também revela desigualdades que antecipam responsabilidades adultas e comprimem o tempo social da infância.

3. MÉTODO

3.1. Desenho do Estudo

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo-interpretativo, orientada pela análise de conteúdo temática. A escolha desse desenho justifica-se pelo interesse em compreender os sentidos atribuídos por crianças e adolescentes às responsabilidades adultas vivenciadas no cotidiano familiar, especialmente quando tais responsabilidades são percebidas simultaneamente como ajuda, obrigação, amadurecimento, pertencimento e restrição do brincar.

A abordagem qualitativa foi considerada adequada porque permite examinar experiências sociais a partir das narrativas dos próprios sujeitos, preservando a complexidade dos significados produzidos em contextos concretos de vida. Minayo (2001) assinala que a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, valores, crenças e relações, dimensão indispensável para este estudo, uma vez que a adultização infantil não se apresenta apenas como ocorrência objetiva de tarefas ou encargos, mas como experiência interpretada, justificada e naturalizada no interior das relações familiares e comunitárias. Denzin e Lincoln (2006) também contribuem para sustentar essa opção ao compreenderem a investigação qualitativa como prática situada, voltada à interpretação dos fenômenos nos termos dos significados que as pessoas lhes atribuem.

O caráter exploratório decorre da lacuna de estudos centrados na escuta direta de crianças e adolescentes em território rural e semiárido sobre adultização, cuidado familiar e restrição do brincar. O componente descritivo-interpretativo, por sua vez, permitiu articular a descrição das rotinas, responsabilidades e sentimentos relatados pelos participantes com categorias teóricas relativas à infância como construção social, agência infantil, adultocentrismo,

divisão sexual do trabalho, cuidado familiar e proteção integral. A análise foi orientada pela análise de conteúdo temática, conforme Bardin (2011) e Franco (2005), por possibilitar a identificação de núcleos de sentido recorrentes nas falas, sem reduzir as narrativas a frequências ou classificações meramente descritivas.

3.2. Cenário da Pesquisa

A pesquisa foi realizada em uma escola pública situada no Distrito de Santana do Sobrado, município de Casa Nova, estado da Bahia, região do semiárido brasileiro. O território apresenta características associadas a localidades rurais e semiáridas, com presença de famílias vinculadas à agricultura, ao trabalho informal, a ocupações de baixa remuneração e a redes familiares de apoio cotidiano. Tais condições conformam modos específicos de organização da vida doméstica, nos quais crianças e adolescentes podem participar de tarefas relacionadas à casa, ao cuidado de irmãos, ao apoio a familiares e, em alguns casos, a atividades produtivas.

A escola foi escolhida por constituir espaço privilegiado de acesso a crianças e adolescentes da comunidade e por concentrar sujeitos com trajetórias familiares diversas, permitindo observar como responsabilidades domésticas, cuidado familiar, trabalho precoce e tempo de brincar se articulam no cotidiano. A caracterização do cenário não tem a finalidade de explicar a adultização como efeito automático da pobreza ou do território, mas de situar os relatos em uma realidade marcada por desigualdades socioeconômicas, redes familiares interdependentes e disponibilidade limitada de equipamentos públicos de cuidado, lazer e proteção social.

3.3. Participantes

Participaram do estudo 22 crianças e adolescentes, com idades entre 11 e 16 anos, matriculados na escola pública investigada. O grupo incluiu participantes de ambos os sexos, com predominância feminina, aspecto relevante para a análise por envolver a distribuição desigual de responsabilidades domésticas e de cuidado entre meninas e meninos.

A seleção foi intencional, conforme critérios de pertinência ao objeto de pesquisa. Buscou-se incluir estudantes que pudessem narrar experiências relacionadas a responsabilidades familiares, tarefas domésticas, cuidado de irmãos ou outros familiares, trabalho remunerado ou não remunerado e restrições ao brincar ou ao tempo livre. A intencionalidade da amostra, coerente com estudos qualitativos exploratórios, não teve objetivo de representatividade estatística, mas de aprofundamento compreensivo das experiências relatadas.

A composição do grupo será apresentada na seção de resultados por meio de quadro de caracterização, preservando a identidade dos participantes e evitando informações que permitam reconhecimento individual em uma comunidade pequena.

3.4. Critérios de Inclusão

Foram incluídos participantes que atenderam simultaneamente aos seguintes critérios:

- a. estavam regularmente matriculados na escola pública investigada;
- b. tinham entre 11 e 16 anos no momento da produção dos dados;

- c. aceitaram participar voluntariamente da pesquisa;
- d. apresentaram Termo de Assentimento assinado;
- e. tiveram autorização de responsável legal por meio de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido;
- f. relataram algum tipo de responsabilidade familiar, doméstica, de cuidado ou trabalho precoce, remunerado ou não remunerado;
- g. demonstraram disponibilidade para participar da entrevista em local reservado, sem prejuízo das atividades escolares.

A inclusão de participantes que relataram responsabilidades familiares não pressupôs juízo prévio de violação de direitos. Esse critério foi utilizado para garantir aderência ao problema de pesquisa, uma vez que o estudo buscou compreender como crianças e adolescentes percebem, naturalizam e ressignificam responsabilidades associadas ao mundo adulto.

3.5. Critérios de Exclusão

Foram excluídos estudantes que se enquadraram em uma ou mais das seguintes situações:

- a. não apresentaram autorização formal do responsável legal;
- b. não desejaram participar da pesquisa, ainda que autorizados pelo responsável;

- c. apresentaram desconforto, insegurança ou constrangimento durante o convite, o assentimento ou a entrevista;
- d. estavam fora da faixa etária definida para o estudo;
- e. solicitaram interrupção da participação em qualquer etapa;
- f. não reuniam condições de privacidade no momento previsto para a entrevista.

A exclusão por desconforto foi adotada como medida ética de proteção, considerando a idade dos participantes e a possibilidade de que perguntas sobre cuidado familiar, trabalho, cansaço, medo ou renúncia ao brincar mobilizassem experiências sensíveis.

3.6. Recrutamento dos Participantes

O recrutamento ocorreu no ambiente escolar, com mediação institucional da gestão da escola apenas para viabilizar o acesso ao campo e a identificação inicial de turmas e horários possíveis. A participação dos estudantes foi apresentada como voluntária, sem relação com notas, frequência, avaliação de desempenho, benefícios escolares ou qualquer forma de punição. A escola não indicou participantes com base em critérios disciplinares, rendimento acadêmico ou juízos morais sobre as famílias, a fim de reduzir seleção estigmatizante.

Inicialmente, a pesquisa foi apresentada de forma coletiva em linguagem acessível aos estudantes, destacando objetivos gerais, procedimentos, duração aproximada, caráter voluntário da participação, garantia de sigilo e direito de recusa. Em seguida, os estudantes que manifestaram interesse receberam informações

individualizadas e os documentos éticos destinados aos responsáveis legais. A participação somente ocorreu após a devolução do TCLE assinado pelo responsável e a assinatura do Termo de Assentimento pelo estudante.

Para evitar coerção, foram adotados quatro cuidados principais. Primeiro, deixou-se explícito que a recusa não produziria qualquer prejuízo escolar. Segundo, a decisão final do estudante foi respeitada mesmo quando havia autorização familiar. Terceiro, o convite foi formulado sem insistência e sem exposição pública dos estudantes que aceitaram ou recusaram. Quarto, as entrevistas foram realizadas em ambiente reservado, sem presença de professores, gestores, colegas ou familiares.

3.7. Reflexividade da Pesquisadora

A pesquisadora possuía vínculo prévio e prolongado com a instituição escolar, construído ao longo de 27 anos de relação com a escola e com a comunidade. Esse vínculo constituiu uma condição metodologicamente ambivalente. Por um lado, facilitou o acesso ao campo, favoreceu a compreensão contextual das dinâmicas escolares e familiares e permitiu maior sensibilidade na interpretação de expressões locais, rotinas comunitárias e formas de nomear responsabilidades infantis. Por outro lado, esse mesmo vínculo poderia produzir assimetria de poder, respostas socialmente desejáveis ou receio de que a participação interferisse nas relações escolares.

A reflexividade foi incorporada como procedimento de rigor. Antes das entrevistas, a pesquisadora esclareceu que a pesquisa não tinha relação com avaliação escolar, comportamento, notas ou

juízos sobre os estudantes e suas famílias. Também informou que os participantes poderiam recusar responder qualquer pergunta, interromper a entrevista ou desistir posteriormente, sem necessidade de justificativa. Durante a interação, buscou-se evitar perguntas indutivas, comentários avaliativos e reações que pudessem sugerir respostas esperadas.

O diário de campo foi utilizado também como ferramenta reflexiva, registrando percepções sobre possíveis efeitos da posição da pesquisadora no campo, sinais de constrangimento, mudanças de tom, pausas, hesitações e situações em que os participantes pareciam buscar aprovação adulta. Esse cuidado foi especialmente relevante porque o tema da adultização envolve práticas frequentemente valorizadas moralmente, como “ajudar em casa”, “ser responsável” ou “não dar trabalho”, o que poderia levar crianças e adolescentes a apresentarem suas experiências de modo compatível com expectativas adultas. A análise, portanto, considerou tanto o conteúdo verbal das narrativas quanto as condições relacionais de sua produção.

3.8. Instrumentos de Produção dos Dados

3.8.1. Entrevistas Semiestruturadas

O principal instrumento de produção dos dados foi a entrevista semiestruturada, conduzida a partir de roteiro previamente elaborado. O roteiro contemplou perguntas abertas sobre rotina doméstica, composição familiar, tarefas realizadas em casa, cuidado de irmãos ou outros familiares, participação em trabalho remunerado ou não remunerado, brincadeiras, tempo livre,

descanso, escola, sentimentos relacionados às responsabilidades assumidas e expectativas de futuro.

A entrevista semiestruturada foi escolhida por permitir equilíbrio entre comparabilidade e abertura narrativa. O roteiro assegurou que temas centrais fossem abordados com todos os participantes, enquanto a flexibilidade da condução permitiu aprofundar experiências singulares, expressões espontâneas e sentidos atribuídos pelos próprios estudantes às responsabilidades vividas. Foram evitadas formulações que classificassem previamente as experiências como exploração, negligência ou violação, a fim de não impor categorias adultas às narrativas infantis.

As perguntas foram formuladas em linguagem acessível à faixa etária dos participantes. Quando necessário, foram utilizados exemplos cotidianos para facilitar a compreensão, sem sugerir respostas. A pesquisadora adotou postura de escuta ativa, com intervenções breves para esclarecimento, aprofundamento ou confirmação do sentido atribuído pelo participante.

3.8.2. Diário de Campo

O diário de campo foi utilizado durante todo o processo de produção dos dados. Nele foram registradas impressões da pesquisadora, características do contexto das entrevistas, expressões não verbais, pausas, silêncios, mudanças de entonação, risos, sinais de emoção, desconforto ou orgulho, bem como elementos do ambiente escolar que pudessem auxiliar a interpretação das narrativas.

Esses registros não foram tratados como substitutos das falas dos participantes, mas como material complementar para compreender a situação de entrevista e qualificar a análise. O diário permitiu

identificar, por exemplo, momentos em que determinadas responsabilidades eram narradas com naturalidade, vergonha, cansaço, ambivalência ou desejo de reconhecimento. Também contribuiu para a triangulação interpretativa entre o conteúdo verbal e as condições interacionais da produção dos relatos.

3.8.3. Bloco Sociodemográfico

As informações sociodemográficas foram registradas em bloco específico do instrumento de pesquisa, aplicado no início da entrevista. Esse bloco contemplou idade, sexo, composição familiar, responsáveis pelo domicílio, ocupação familiar, número de pessoas residentes na casa, vínculo com atividades domésticas, cuidado de familiares, participação em trabalho remunerado ou não remunerado e responsabilidades cotidianas.

O bloco sociodemográfico teve função descritiva e contextual. Sua finalidade não foi produzir inferências estatísticas, mas caracterizar o grupo de participantes e apoiar a interpretação das diferenças de experiência segundo idade, sexo, arranjo familiar e tipos de responsabilidade assumida.

3.9. Procedimentos de Coleta

A coleta de dados ocorreu entre abril e maio de 2026, em sala reservada da escola, em horário previamente acordado com a instituição e com os participantes, de modo a minimizar prejuízos às atividades escolares. As entrevistas foram realizadas individualmente, em ambiente que assegurasse privacidade, sem a presença de professores, gestores, colegas ou familiares.

Cada entrevista teve duração aproximada de 30 a 50 minutos, variando conforme a disponibilidade, o ritmo narrativo e o conforto do participante. Mediante autorização do responsável legal e assentimento do participante, as entrevistas foram gravadas em áudio para posterior transcrição integral. Nos casos em que algum participante demonstrasse desconforto com a gravação, seria priorizado o registro escrito, respeitando sua decisão.

Após a coleta, os áudios foram transcritos integralmente, revisados para correção de inconsistências de transcrição e anonimizados. Os nomes dos participantes foram substituídos por pseudônimos ou códigos alfanuméricos, conforme estratégia definida para a apresentação dos resultados. Informações potencialmente identificáveis, como nomes de familiares, professores, localidades específicas, apelidos, características muito singulares ou episódios que permitissem reconhecimento indireto, foram suprimidas ou generalizadas sem alterar o sentido analítico dos relatos.

Os arquivos digitais foram armazenados em dispositivo protegido por senha e acessados apenas pela equipe de pesquisa. As transcrições utilizadas na análise não continham dados nominais. Em razão de se tratar de comunidade pequena, a anonimização foi conduzida com cuidado adicional, evitando combinações de idade, sexo, composição familiar e tipo de responsabilidade que pudessem permitir identificação dos participantes.

3.10. Encerramento da Coleta e Suficiência Informacional

A coleta foi encerrada por suficiência informacional, quando as entrevistas passaram a reiterar padrões já identificados nas categorias analíticas, sem emergência de novos elementos

relevantes para responder à pergunta de pesquisa. A decisão não se baseou apenas no número de participantes, mas na densidade dos relatos, na recorrência de sentidos relacionados à adultização, ao cuidado familiar, à divisão de tarefas por gênero, à restrição do brincar e à naturalização das responsabilidades.

Optou-se pelo termo suficiência informacional para evitar uso genérico de saturação. Em estudos qualitativos com crianças e adolescentes, sobretudo em comunidade escolar específica, a suficiência deve ser avaliada considerando a qualidade das narrativas, a diversidade interna do grupo e a capacidade do material produzido de sustentar interpretações consistentes, e não apenas a repetição mecânica de temas.

3.11. Análise dos Dados

A análise dos dados foi conduzida por meio da análise de conteúdo temática, tomando como referência Bardin (2011) e Franco (2005). O procedimento combinou organização sistemática do corpus, codificação interpretativa e construção de categorias orientadas pela pergunta de pesquisa. As entrevistas transcritas e os registros do diário de campo compuseram o material analítico.

A análise ocorreu em nove etapas articuladas:

- a. transcrição integral das entrevistas, com preservação das expressões dos participantes e indicação de pausas, emoções ou hesitações relevantes;
- b. leitura flutuante do corpus, buscando aproximação inicial com o material e identificação de impressões recorrentes;

- c. identificação de unidades de significado relacionadas a responsabilidades domésticas, cuidado familiar, trabalho, brincadeira, descanso, escola, sentimentos e expectativas de futuro;
- d. codificação inicial das unidades de significado, com códigos próximos à linguagem dos participantes sempre que possível;
- e. agrupamento de códigos semelhantes, observando aproximações, diferenças e tensões entre relatos de meninas e meninos, participantes mais novos e mais velhos, e diferentes tipos de responsabilidades;
- f. construção de categorias temáticas provisórias;
- g. articulação das categorias com o referencial teórico sobre infância, adultocentrismo, adultização, parentificação, jovens cuidadores, trabalho infantil, cuidado e divisão sexual do trabalho;
- h. triangulação com os registros do diário de campo, especialmente para interpretar silêncios, hesitações, naturalizações, sinais de cansaço, orgulho ou desconforto;
- i. revisão final das categorias à luz da pergunta de pesquisa e dos objetivos do estudo.

A análise buscou preservar a ambivalência das narrativas. Assim, os relatos não foram interpretados apenas como evidências de vitimização nem como demonstrações de autonomia plena. Crianças e adolescentes foram compreendidos como sujeitos sociais que atribuem sentidos às responsabilidades que vivenciam, mas

que fazem isso em condições atravessadas por desigualdades geracionais, econômicas, territoriais e de gênero.

As categorias finais foram definidas por sua relevância teórica e empírica, considerando recorrência, densidade narrativa e capacidade de responder ao problema de pesquisa. Citações diretas foram selecionadas para representar os núcleos de sentido das categorias, preservar a voz dos participantes e demonstrar a sustentação empírica das interpretações.

3.12. Rigor Metodológico

O rigor metodológico foi buscado por meio de procedimentos de transparência, reflexividade e consistência analítica, em diálogo com recomendações de checklists internacionais para estudos qualitativos, especialmente COREQ e SRQR. A adoção desses referenciais orientou a descrição do desenho do estudo, do cenário, do recrutamento, das características dos participantes, da relação da pesquisadora com o campo, dos instrumentos de produção dos dados, das etapas de análise e dos cuidados éticos.

Foram adotadas as seguintes estratégias de rigor:

- a. descrição contextual do território e da escola, na medida necessária à compreensão dos dados;
- b. explicitação dos critérios de inclusão e exclusão;
- c. detalhamento do recrutamento e das medidas para reduzir coerção;

- d. incorporação da reflexividade da pesquisadora, considerando seu vínculo prolongado com a instituição;
- e. uso combinado de entrevistas semiestruturadas, bloco sociodemográfico e diário de campo;
- f. transcrição integral das entrevistas;
- g. análise sistemática por etapas, com identificação de unidades de significado, codificação e construção de categorias;
- h. triangulação entre entrevistas e diário de campo;
- i. preservação da voz dos participantes por meio de citações diretas nos resultados;
- j. discussão das limitações do estudo, incluindo os possíveis efeitos do vínculo da pesquisadora com o campo, o recorte escolar e a impossibilidade de generalização estatística.

A credibilidade foi fortalecida pela permanência da pesquisadora no campo e pelo conhecimento contextual acumulado, sem desconsiderar os riscos de familiaridade excessiva. A dependabilidade foi buscada pela descrição do percurso analítico, permitindo que leitores acompanhem as decisões metodológicas. A confirmabilidade foi favorecida pelo registro reflexivo no diário de campo e pela vinculação das interpretações a excertos empíricos. A transferibilidade foi considerada por meio da caracterização suficiente do cenário e dos participantes, possibilitando que outros pesquisadores avaliem a pertinência dos achados para contextos semelhantes.

3.13. Aspectos Éticos

O estudo foi submetido e aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa, conforme parecer nº 8.151.816, CAAE nº 93658325.7.0000.0282, respeitando as normas brasileiras para pesquisas com seres humanos e os princípios de proteção integral de crianças e adolescentes. A participação ocorreu somente após assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelo responsável legal e do Termo de Assentimento pelo participante.

Foram assegurados sigilo, anonimização, direito de recusa, direito de não responder perguntas específicas e possibilidade de desistência em qualquer etapa, sem prejuízo escolar, institucional ou pessoal. A linguagem utilizada nos documentos e nas explicações orais foi adaptada à faixa etária dos participantes, garantindo que compreendessem, em termos acessíveis, os objetivos, procedimentos, riscos, benefícios indiretos e limites de confidencialidade.

Em razão de o estudo ter sido realizado em uma comunidade pequena, adotaram-se cuidados adicionais para proteção da identidade. Além da substituição dos nomes por pseudônimos ou códigos, foram omitidos detalhes que pudessem permitir reconhecimento indireto, como composições familiares muito específicas, referências a locais de moradia, nomes de terceiros, ocupações raras ou episódios singulares. A apresentação dos resultados priorizou a proteção dos participantes sem descaracterizar a densidade dos relatos.

Considerando a possibilidade de emergência de sofrimento emocional, relato de violência, negligência grave, exploração ou

outra situação de violação de direitos, foi previsto protocolo de encaminhamento à rede de proteção, em articulação com a escola e os órgãos competentes, preservando o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente. Os participantes foram informados de que o sigilo poderia ter limites em situações de risco à sua integridade ou à de terceiros, conforme exigências éticas e legais.

A análise e a redação foram conduzidas com cuidado para não culpabilizar famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A pesquisa reconhece que muitas responsabilidades assumidas por crianças e adolescentes emergem em cenários de pobreza, ausência de políticas públicas de cuidado, trabalho adulto precarizado e dependência de redes familiares. Esse reconhecimento, contudo, não implica naturalizar sobrecargas, violações ou restrições ao brincar, mas situá-las em uma trama social que exige respostas intersetoriais de proteção.

4. RESULTADOS

4.1. Caracterização dos Participantes

Participaram da pesquisa 22 crianças e adolescentes matriculados em uma escola pública do Distrito de Santana do Sobrado, município de Casa Nova, Bahia. A faixa etária variou entre 11 e 16 anos, com presença de participantes de ambos os sexos e predominância feminina. O grupo apresentou diversidade de arranjos familiares, inserção em rotinas domésticas distintas e diferentes formas de participação em atividades de cuidado, ajuda familiar e, em alguns casos, trabalho remunerado ou contribuição produtiva.

Quadro 1. Síntese dos sujeitos da pesquisa

Pseudônimo	Idade	Cód.	Arranjo familiar	N°	Responsabilidades relatadas
Lucas	12	E01	Mãe, dois irmãos e uma prima	5	Lava louças, varre, levar busca, irmã mais n na esc

⚠ Esta tabela possui muitas colunas e foi cortada para impressão. Para visualizá-la completa, acesse o artigo original em: <https://revistatopicos.com.br/artigos/me-sinto-ja-uma-dona-de-casa-adultizacao-infantil-cuidado-familiar-e-restricao-do-brincar-no-semiarido-baiano?noblockage>

Fonte: dados da pesquisa (2025). Nota: os nomes são pseudônimos; o código (Cód.) refere-se internamente à entrevista, sem caráter identificável; a série não foi coletada no instrumento.

Tomado em conjunto, o perfil dos participantes evidencia que a adultização investigada não se restringe a situações formalmente reconhecidas como trabalho infantil. Ela atravessa o cotidiano de crianças e adolescentes por meio de tarefas domésticas, cuidado de irmãos, apoio a avós ou familiares dependentes, colaboração com responsáveis e, em menor número, atividades remuneradas. A predominância de meninas é particularmente relevante, pois antecipa a discussão sobre a feminização do cuidado e a incorporação precoce de papéis domésticos, aspecto já problematizado por Bourdieu (1999), Pessoa e Silva (2025) e Rizzini (2009) ao analisarem a naturalização social do trabalho familiar e das desigualdades de gênero.

4.2. Visão Geral das Categorias Temáticas

A análise temática permitiu organizar os relatos em categorias que expressam diferentes dimensões da adultização infantil: responsabilidades domésticas, cuidado familiar, trabalho precoce, naturalização da obrigação, restrição do brincar e impactos físicos ou emocionais. Essas categorias não foram definidas previamente de modo fechado; emergiram da leitura sistemática das entrevistas e foram refinadas conforme sua capacidade de responder à pergunta de pesquisa.

Quadro 2. Mapa das categorias temáticas

Categoria	Definição operacional	Falas que sustentam	Objetivo específico
1. Afazeres domésticos e cuidado de familiares (jovens cuidadores)	Desempenho rotineiro de trabalho doméstico e/ou cuidado de irmãos, avós ou familiar com deficiência, assumindo funções tipicamente adultas. Subcategorias: (1a) sobrecarga de afazeres; (1b) cuidado de familiares.	Afazeres: 22; cuidado: 15–16	OE1
2. Trabalho remunerado e contribuição produtiva precoce	Inserção em atividade laboral remunerada ou apoio direto ao empreendimento familiar, dentro ou fora de casa.	4 (+1 desejo)	OE1
3. Naturalização e ressignificação da responsabilidade	Significação das tarefas como dever/obrigação natural e não questionada, e incorporação positiva do reconhecimento de maturidade (ser	12–14	OE2

	responsável / parecer adulto).		
4. Sentidos de infância e restrição do brincar	Concepções sobre o que é ser criança e relatos sobre presença, restrição ou perda do tempo de brincar e de lazer. Subcategorias: (4a) infância idealizada; (4b) restrição do brincar.	Definição: 22; restrição: 5-7	OE2 / OE3
5. Impactos emocionais e físicos da responsabilização	Relatos ou observações de cansaço, estresse, tristeza, ambivalência e sobrecarga associados à responsabilização precoce.	Localizados (minorias)	OE3

Fonte: elaborado pelo autor (2025), a partir dos dados da pesquisa. Nota: OE = objetivo específico; as contagens são aproximadas e indicam a recorrência das unidades de registro.

Conforme o percurso analítico adotado, as categorias foram construídas a partir das entrevistas semiestruturadas e trianguladas com os registros do diário de campo. Esse procedimento permitiu relacionar conteúdos verbalizados, expressões não verbais, pausas, hesitações e marcas emocionais observadas durante a produção dos dados. A organização temática dialoga com Bardin (2011) e Franco (2005), para quem a análise de conteúdo exige identificação de unidades de significado, codificação interpretativa e construção de categorias capazes de articular recorrência empírica e densidade analítica.

4.3. Responsabilidades Domésticas e Cuidado Familiar Precoce

Entre as experiências mais recorrentes, destacaram-se tarefas domésticas cotidianas, como limpar a casa, lavar louça, varrer,

organizar objetos, preparar alimentos, cuidar de irmãos menores e acompanhar familiares que demandavam atenção. Em alguns relatos, essas atividades apareciam como colaboração ordinária com a família; em outros, assumiam caráter de responsabilidade contínua, pouco negociável e integrada à rotina diária dos participantes.

Meninas relataram com maior frequência encargos associados à manutenção da casa e ao cuidado de outras pessoas. A fala “Me sinto já uma dona de casa” sintetiza uma dimensão central dos resultados: a adultização não se manifesta apenas pela execução de tarefas, mas pela incorporação de uma identidade doméstica marcada por gênero, responsabilidade e antecipação simbólica da vida adulta. Essa expressão revela orgulho, pertencimento e reconhecimento familiar, mas também indica deslocamento do tempo infantil para uma posição social associada ao cuidado e à administração da casa.

Relatos sobre cuidado de irmãos mostraram que alguns participantes assumiam funções de vigilância, alimentação, higiene, companhia e proteção. Cuidar dos irmãos não era descrito apenas como uma tarefa pontual, mas como parte esperada da rotina, especialmente quando mães, pais ou responsáveis estavam trabalhando. Em situações envolvendo avós, familiares adoecidos ou pessoas com deficiência, o cuidado ganhava maior complexidade, pois envolvia atenção contínua, disponibilidade emocional e percepção de que a criança ou adolescente precisava responder às necessidades de outra pessoa.

Nem toda participação doméstica foi interpretada pelos próprios participantes como peso. Vários relatos tratavam a ajuda familiar

como algo natural, necessário e até desejável. Ainda assim, a diferença entre ajuda eventual e responsabilidade cotidiana tornou-se evidente quando as tarefas passaram a organizar horários, limitar o descanso, reduzir oportunidades de brincar ou gerar cansaço físico. O núcleo empírico dessa categoria indica que a adultização aparece sobretudo como cuidado doméstico invisibilizado, e não apenas como trabalho remunerado ou atividade produtiva formalmente reconhecida.

4.4. Trabalho Remunerado, Renda Própria e Contribuição Produtiva Precoce

Casos de trabalho remunerado ou de participação em atividades produtivas também foram identificados, embora não constituíssem a única nem a principal forma de adultização presente no corpus. Alguns participantes mencionaram inserção em atividades ligadas ao comércio, à roça, a serviços ocasionais ou a formas de ajuda produtiva familiar. Nessas narrativas, o trabalho aparecia associado à obtenção de dinheiro, à possibilidade de comprar objetos pessoais, ao sentimento de utilidade e ao reconhecimento por parte de adultos.

Certa ambivalência marcou as falas sobre renda própria. Ganhar dinheiro foi apresentado por alguns adolescentes como experiência positiva, vinculada à autonomia e à capacidade de não depender integralmente dos responsáveis. Expressões como gostar de ter o próprio dinheiro ou considerar importante ajudar em casa revelam que o trabalho precoce pode ser subjetivamente percebido como conquista. Esse sentido, contudo, não elimina seu caráter problemático quando a atividade interfere no descanso, na escola, no brincar ou na proteção integral.

Narrativas sobre cansaço físico tensionaram a valorização da autonomia. Quando os participantes mencionavam esforço corporal, longas jornadas, dores ou dificuldade para conciliar trabalho, escola e tarefas domésticas, tornava-se visível que a contribuição produtiva precoce não pode ser compreendida apenas pela chave da aprendizagem. O trabalho, mesmo quando narrado como oportunidade, também expressa responsabilização econômica antecipada e exposição a exigências incompatíveis com a condição geracional dos participantes.

Sob essa perspectiva, os resultados indicam que o trabalho precoce opera em dupla chave. De um lado, oferece reconhecimento, renda e sensação de maturidade. De outro, desloca crianças e adolescentes para uma posição produtiva que pode reduzir o tempo próprio da infância e naturalizar a participação infantil na compensação de vulnerabilidades familiares e sociais. Essa ambivalência confirma a necessidade de diferenciar colaboração eventual, aprendizagem protegida e responsabilização produtiva persistente.

4.5. Responsabilidade Como Dever Moral: Naturalização e Reconhecimento

Frases como “Essas são as minhas obrigações”, “Eu tenho que ajudar”, “Minha mãe trabalha” e “Eu gosto de ajudar” revelam que os participantes não apenas executam tarefas atribuídas por adultos. Eles também elaboram justificativas morais para suas responsabilidades, associando-as à gratidão, ao dever familiar, ao reconhecimento da sobrecarga materna e à necessidade de contribuir para o funcionamento da casa.

Tal modo de narrar evidencia que a adultização não se sustenta somente por imposição direta. Ela se organiza também como processo simbólico de incorporação do dever, no qual crianças e adolescentes aprendem a interpretar a própria renúncia como responsabilidade, maturidade ou prova de afeto. A ajuda à mãe apareceu como justificativa recorrente, sobretudo nos relatos de meninas, sugerindo que a divisão sexual do trabalho é internalizada antes mesmo da vida adulta.

Poucos participantes questionaram explicitamente a distribuição das tarefas ou nomearam suas responsabilidades como injustas. Em vez disso, a maioria descreveu o cotidiano em termos de necessidade: alguém precisa limpar, alguém precisa cuidar, alguém precisa ajudar, alguém precisa assumir quando o adulto trabalha. Essa formulação indica que a obrigação se apresenta como parte da ordem familiar, e não como algo excepcional.

Reconhecimento e sobrecarga aparecem, portanto, entrelaçados. Ser considerado responsável, confiável ou maduro pode produzir orgulho e pertencimento, mas também dificulta a percepção da própria sobrecarga. O elogio à criança que “ajuda” ou que “não dá trabalho” funciona como mecanismo de legitimação de responsabilidades que, em alguns casos, ultrapassam a colaboração esperada para a idade.

4.6. Infância Imaginada Versus Infância Vivida: Brincar, Lazer e Tempo Próprio

Quando convidados a falar sobre infância, os participantes frequentemente associaram ser criança ao brincar. A frase “Ser criança é brincar” sintetiza essa concepção e mostra que o brincar

permanece como referência central para definir a experiência infantil. Mesmo participantes envolvidos em rotinas de cuidado, tarefas domésticas ou trabalho reconheciam o brincar como dimensão esperada da infância.

Entretanto, a infância vivida nem sempre correspondia à infância imaginada. Relatos como “Não dá nem tempo de fazer alguma coisa que eu gosto” e “Eu brincava mais antes” indicam redução progressiva do lazer, do descanso e das atividades escolhidas pelos próprios participantes. O tempo livre aparecia comprimido por tarefas da casa, cuidado de irmãos, demandas escolares, trabalho ou necessidade de permanecer disponível para a família.

Particularmente expressiva foi a fala “Não tenho mais a idade pra brincar”. Nela, a restrição do brincar não surge apenas como falta de tempo, mas como incorporação de uma expectativa de maturidade. O participante não afirma somente que não brinca; afirma que já não deveria brincar. Esse deslocamento revela uma dimensão simbólica da adultização, pois o abandono da brincadeira passa a ser interpretado como sinal de crescimento, mesmo quando ocorre de modo precoce.

A escola apareceu, em alguns relatos, como espaço de convivência e suspensão parcial das responsabilidades domésticas. Para determinados participantes, estar na escola significava encontrar colegas, conversar, circular fora da casa e experimentar formas de sociabilidade menos reguladas por obrigações familiares. Esse dado sugere que a instituição escolar pode funcionar como espaço de proteção relacional, embora não elimine as responsabilidades que aguardam os estudantes ao retornarem para casa.

4.7. Cansaço, Ambivalência e Sofrimento Pouco Nomeado

Impactos físicos e emocionais apareceram de modo recorrente, ainda que nem sempre fossem apresentados como denúncia direta. Expressões como “Fico cansada”, “Às vezes fico triste”, “Às vezes é boa e às vezes é estressante” e “As costas doendo, cheia de dor” mostram que a experiência das responsabilidades adultas é atravessada por ambivalência. A mesma atividade podia ser descrita como ajuda necessária e, simultaneamente, como fonte de cansaço, irritação ou tristeza.

Corpo e emoção surgiram como vias importantes de expressão do sofrimento. Dores nas costas, cansaço, estresse, pausas prolongadas e mudanças de tom durante algumas entrevistas indicaram que os efeitos da adultização nem sempre eram nomeados em linguagem de violação ou injustiça. Muitas vezes, apareciam como incômodo corporal, desânimo, riso constrangido ou silêncio após perguntas sobre descanso e brincadeiras.

Registros do diário de campo reforçaram essa leitura. Em alguns momentos, participantes respondiam rapidamente às perguntas sobre tarefas, como se estivessem descrevendo uma rotina comum e incontestável; quando questionados sobre o que deixavam de fazer, surgiam pausas, olhares baixos, risos breves ou respostas mais curtas. Esses sinais não foram interpretados isoladamente, mas ajudaram a compreender a distância entre a naturalização verbal da obrigação e os efeitos sensíveis da sobrecarga.

Sem reduzir os participantes à condição de vítimas passivas, os dados revelam que a agência infantil opera em condições limitadas. Crianças e adolescentes atribuem sentido às tarefas, reconhecem

sua importância para a família e podem sentir orgulho por ajudar. Ainda assim, o cansaço, a tristeza e a perda de tempo próprio indicam que essa agência se desenvolve dentro de uma estrutura desigual de responsabilidades, na qual o dever familiar frequentemente se sobrepõe ao direito de brincar, descansar e viver a infância de modo protegido.

4.8. Síntese dos Achados Empíricos

A síntese dos achados permite visualizar a articulação entre categorias, relatos e sentidos atribuídos pelos participantes às responsabilidades assumidas. O terceiro quadro do manuscrito original deve ser inserido nesta etapa, por reunir os principais resultados empíricos e favorecer a passagem analítica para a discussão.

Quadro 3. Matriz analítica (amostra): trecho, código e categoria

Trecho (pseudônimo, idade)	Código	Categoria
“arrumo os quartos, arrumo a sala” (Helena, 11)	afazeres múltiplos	1 (1a)
“cuido de minha irmã autista” (Vitória, 15)	cuidado de familiar com deficiência	1 (1b)
“eu fico com minha avó e meus irmãos, eu cuido deles” (Daniela, 13)	cuidado simultâneo de idoso e irmãos	1 (1b)
“É colher na acerola” (Diego, 13)	trabalho rural remunerado	2
“vou pra trabalhar como babá” (Larissa, 15)	trabalho de cuidado remunerado	2
“Eu gostaria de estar trabalhando” (Natália, 13)	desejo de inserção laboral	2

“essas são as minhas obrigações” (Mariana, 12)	tarefa como obrigação	3
“todos deveriam fazer” (Beatriz, 12)	dever universalizado	3
“não acho isso pesado” (Isabela, 13)	minimização do esforço	3
“Me sinto um adulto” (Eduarda, 13)	identificação com a condição adulta	3
“me sinto já uma dona de casa” (Vitória, 15)	papel doméstico adulto assumido	3
“Não tenho mais a idade pra brincar” (Mateus, 12)	abandono precoce do brincar	4 (4b)
“não dá nem tempo de fazer alguma coisa que eu gosto” (Patrícia, 14)	supressão do lazer pelo trabalho	4 (4b)
“Ser criança é brincar” (Tatiana, 13)	infância idealizada	4 (4a)
“as costas doendo, cheia de dor” (Tatiana, 13)	impacto físico da sobrecarga	5
“Às vezes é boa e às vezes é estressante” (Ana, 13)	ambivalência/estresse no cuidado	5

Fonte: elaborado pelo autor (2025), a partir das transcrições. Nota: amostra ilustrativa do processo de codificação, não exaustiva.

Em conjunto, os dados indicam que a adultização infantil, no contexto investigado, manifesta-se pela combinação entre tarefas domésticas, cuidado familiar, trabalho precoce, restrição do brincar e naturalização da responsabilidade. A experiência não é interpretada pelos participantes de forma unívoca: ela combina dever, afeto, orgulho, cansaço e perda parcial do tempo próprio da infância. Essa ambivalência dialoga com a literatura sobre adultização,

parentificação, jovens cuidadores e trabalho infantil, especialmente quando Ferreira et al. (2021), Costa e Silva (2024), Silva et al. (2024), Rissi et al. (2024), Alves (2025), Oliveira et al. (2025) e Rissari et al. (2025) demonstram que responsabilidades precoces podem ser socialmente valorizadas como maturidade, embora produzam restrições concretas ao desenvolvimento, à proteção e ao brincar.

5. DISCUSSÃO

5.1. Adultização Como Cuidado Invisível no Cotidiano Familiar

Principal contribuição deste estudo, a partir das narrativas de crianças e adolescentes do semiárido baiano, é evidenciar que a adultização infantil não se expressa apenas em situações de trabalho remunerado, formalmente identificável ou socialmente reconhecido como exploração. Seu modo mais recorrente de manifestação aparece no interior da casa, na rotina ordinária das famílias, sob a forma de tarefas domésticas, cuidado de irmãos, apoio a avós, acompanhamento de familiares adoecidos e disponibilidade cotidiana para substituir ou complementar a presença adulta.

Essa constatação desloca a análise de uma compreensão restrita do trabalho infantil para uma leitura mais ampla da responsabilização precoce. Limpar a casa, preparar alimentos, cuidar de crianças menores ou permanecer atento às necessidades de familiares dependentes são atividades frequentemente nomeadas como “ajuda”. Contudo, quando tais práticas se tornam frequentes, obrigatórias e estruturantes da rotina infantil, deixam de representar apenas colaboração familiar e passam a indicar transferência de responsabilidades incompatíveis com a proteção integral. Nesse

ponto, os achados dialogam com Costa e Silva (2024), Rissi et al. (2024), Silva et al. (2024) e Rissari et al. (2025), ao ressaltarem que o cuidado exercido por crianças e adolescentes tende a permanecer socialmente invisível, sobretudo quando ocorre no espaço doméstico.

No contexto investigado, essa invisibilidade é intensificada pela moralidade familiar da ajuda. Participar do funcionamento da casa aparece como sinal de boa criação, responsabilidade e reciprocidade afetiva. Em famílias atravessadas por trabalho informal, baixa renda, ausência de serviços públicos suficientes e múltiplas demandas de cuidado, a presença ativa de crianças e adolescentes na rotina doméstica pode ser compreendida pelos adultos como necessidade prática. Entretanto, reconhecer essa necessidade não implica naturalizá-la. Como alertam Ferreira et al. (2021), Alves (2025) e Oliveira et al. (2025), a adultização se torna mais difícil de ser identificada quando não assume a forma de exploração aberta, mas se apresenta como maturidade, disciplina ou cooperação familiar.

Sob essa perspectiva, o cuidado invisível constitui uma zona crítica para a garantia de direitos. Diferentemente do trabalho infantil remunerado, que pode ser mais facilmente denunciado, mensurado ou enquadrado normativamente, as responsabilidades domésticas contínuas se confundem com socialização familiar. O problema não está na participação eventual da criança na vida da casa, mas na conversão dessa participação em dever cotidiano, marcado por necessidade, escassa escolha e impacto sobre o brincar, o descanso, a escolarização e a convivência. Assim, a adultização observada não se limita ao ingresso precoce no mundo produtivo; ela se instala no cotidiano familiar como regime de disponibilidade.

5.2. Naturalização da Responsabilidade e Violência Simbólica

Chama atenção, nos relatos, a forma como crianças e adolescentes incorporam responsabilidades como se fossem naturais. Expressões como “essas são as minhas obrigações”, “eu tenho que ajudar” e “minha mãe trabalha” indicam que a sobrecarga nem sempre é percebida pelos participantes como imposição externa. Frequentemente, ela é narrada como consequência lógica da vida familiar, como dever moral e como demonstração de afeto em relação aos responsáveis.

Essa incorporação remete ao conceito de violência simbólica formulado por Bourdieu (1999), especialmente quando a desigualdade se reproduz por meio de disposições aprendidas e reconhecidas como legítimas pelos próprios sujeitos. No caso estudado, o habitus familiar do cuidado e do trabalho produz esquemas de percepção nos quais a criança responsável é valorizada, enquanto a criança que reivindica tempo próprio pode ser vista como pouco colaborativa. Desse modo, a adultização não depende apenas de coerção direta; ela opera também por meio da aceitação social da obrigação e da conversão da renúncia infantil em virtude.

Essa lógica é reforçada pelo adultocentrismo. Conforme Sarmiento (2005, 2008) e Ariès (1981), a infância é uma construção histórica e social, não uma condição natural e universal. Ainda assim, sociedades adultocêntricas tendem a interpretar as necessidades familiares a partir da perspectiva dos adultos, silenciando ou secundarizando a experiência infantil. Quando crianças e adolescentes afirmam que precisam ajudar porque a mãe trabalha, expressam empatia e senso de responsabilidade, mas também

revelam a ausência de alternativas institucionais capazes de proteger seu tempo de infância.

Nessa dinâmica, maturidade antecipada funciona como reconhecimento e captura. Ser confiável, saber cuidar, não reclamar e assumir tarefas da casa pode produzir orgulho subjetivo. Ao mesmo tempo, tais atributos podem legitimar a ampliação contínua de demandas. Pessoa e Silva (2025) contribuem para essa leitura ao mostrar que a moralidade do cuidado, quando atravessada por desigualdades de gênero e classe, tende a ocultar relações de poder sob a aparência de dever familiar. Logo, a naturalização da responsabilidade não deve ser interpretada como simples consentimento infantil, mas como efeito de uma ordem social que transforma necessidade em obrigação e obrigação em mérito.

Poucas falas apresentaram questionamento aberto sobre a distribuição das tarefas. Essa ausência não significa inexistência de sofrimento ou de conflito. Pelo contrário, indica que a sobrecarga foi incorporada em uma gramática moral na qual reclamar pode parecer inadequado, ingrato ou imaturo. Minayo (2014) contribui para compreender essa dimensão ao enfatizar que, em pesquisas qualitativas, os sentidos sociais não se revelam apenas por declarações explícitas, mas também por silêncios, ambivalências, justificativas e formas indiretas de expressão.

5.3. Gênero e Feminização Precoce do Cuidado

Além de uma característica descritiva da amostra, a predominância de meninas constitui dado analítico decisivo. As entrevistas mostraram que tarefas domésticas, cuidado de irmãos e organização da casa recaem com maior intensidade sobre

participantes do sexo feminino, reiterando a associação entre feminilidade, disponibilidade e cuidado. A adultização, portanto, não atinge crianças e adolescentes de forma neutra. Ela é atravessada por gênero e tende a antecipar, para as meninas, papéis historicamente atribuídos às mulheres adultas.

Nesse ponto, a fala “Me sinto já uma dona de casa” sintetiza de modo contundente o processo de feminização precoce do cuidado. Não se trata apenas de uma menina que realiza tarefas domésticas, mas de uma criança ou adolescente que se reconhece em uma identidade social adulta, vinculada à administração da casa e à responsabilidade pelo bem estar familiar. Essa identificação revela a força da divisão sexual do trabalho na infância: antes mesmo da vida adulta, meninas aprendem que cuidar, limpar, organizar e estar disponível fazem parte de seu lugar social.

Contribuições de Bourdieu (1999) ajudam a compreender como disposições de gênero são incorporadas corporal e simbolicamente, produzindo expectativas diferenciadas para meninos e meninas. Pessoa e Silva (2025), ao discutirem desigualdades de gênero e cuidado, reforçam que a naturalização da presença feminina no trabalho doméstico opera como mecanismo de reprodução intergeracional. No corpus analisado, essa reprodução aparece quando meninas relatam ajudar a mãe, cuidar dos irmãos ou assumir a casa como extensão natural de sua posição familiar.

Esse fenômeno também dialoga com a literatura sobre trabalho infantil doméstico, frequentemente subnotificado porque ocorre em ambiente privado e é interpretado como aprendizagem feminina. Rizzini (2009), Costa e Silva (2024), Rissi et al. (2024) e Rissari et al. (2025) permitem problematizar essa invisibilidade ao mostrar que o

trabalho doméstico realizado por crianças e adolescentes pode ser simultaneamente essencial para a reprodução familiar e desprotegido do ponto de vista dos direitos. No caso das meninas, essa invisibilidade é ainda mais intensa, pois a sociedade tende a confundir socialização de gênero com preparação para o futuro, como se a infância feminina devesse incluir, desde cedo, treinamento para o cuidado.

Convém enfatizar que a crítica à feminização precoce do cuidado não implica desvalorizar o cuidado como prática social. O problema reside em sua distribuição desigual, compulsória e naturalizada. Cuidar pode ser experiência ética, afetiva e formativa; torna-se violento quando é imposto como destino, quando restringe o brincar e quando substitui políticas públicas ausentes. Assim, a adultização feminina observada neste estudo expressa uma dupla desigualdade: a geracional, que antecipa responsabilidades adultas, e a de gênero, que direciona tais responsabilidades sobretudo às meninas.

5.4. Infância Idealizada e Infância Possível

Nas falas dos participantes, a infância aparece associada ao brincar, à liberdade, à escola, à convivência com pares e à ausência de preocupações adultas. “Ser criança é brincar” condensa essa representação. Mesmo crianças e adolescentes sobrecarregados preservam uma concepção de infância vinculada ao tempo livre e à ludicidade. Essa percepção se aproxima das formulações de Sarmiento (2005, 2008), para quem as culturas infantis se constituem em práticas próprias, entre elas o brincar, a interação entre pares e a produção de sentidos sobre o mundo.

Entretanto, a infância vivida se apresenta sob limites materiais, familiares e territoriais. Cuidar, limpar, trabalhar, preocupar-se com a casa e ajudar adultos compõem uma rotina que reduz o tempo disponível para lazer. Frases como “não dá nem tempo de fazer alguma coisa que eu gosto” e “eu brincava mais antes” evidenciam uma experiência marcada por perda progressiva do tempo próprio. A tensão central não está na inexistência completa do brincar, mas em sua compressão diante de responsabilidades que organizam o cotidiano.

Essa distância entre infância idealizada e infância possível precisa ser situada historicamente. Ariès (1981) mostrou que a infância moderna foi construída como tempo diferenciado da vida adulta, associado à proteção, escolarização e dependência relativa. Contudo, Sarmiento (2005, 2008) adverte que essa imagem não se realiza de modo homogêneo, pois infância é também categoria social atravessada por classe, gênero, território e geração. No semiárido baiano, as condições socioeconômicas das famílias e a fragilidade de equipamentos públicos produzem uma infância possível, na qual direitos formalmente assegurados convivem com responsabilidades precoces.

Sob o marco normativo brasileiro, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece o direito ao brincar, ao lazer, à educação, à convivência familiar e comunitária e à proteção contra exploração e negligência (Brasil, 1990). Diretrizes do CONANDA reforçam a centralidade da proteção integral e da prioridade absoluta. Todavia, os achados indicam que a existência formal do direito não garante, por si só, sua materialização. Quando a criança reconhece o brincar como núcleo da infância, mas afirma não ter mais tempo ou idade

para brincar, revela-se uma contradição entre o plano jurídico da proteção e a organização concreta da vida cotidiana.

A escola aparece, nesse cenário, como espaço ambivalente. Pode ser lugar de proteção, convivência, escuta e suspensão parcial das responsabilidades domésticas; também pode deixar de perceber sinais de sobrecarga quando interpreta cansaço, faltas ou baixo rendimento apenas como problema individual. Dados e análises de UNICEF e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023, 2024) têm destacado a importância da escola na identificação de vulnerabilidades e na articulação com redes de proteção. Neste estudo, tal função se mostra especialmente relevante, pois muitas responsabilidades não chegam aos serviços públicos sob a forma de denúncia.

5.5. Agência Infantil Sem Romantização

Reconhecer a agência dos participantes é indispensável. As crianças e adolescentes entrevistados não aparecem como sujeitos passivos, incapazes de interpretar suas experiências. Eles atribuem sentidos às responsabilidades, constroem justificativas morais, expressam orgulho, negociam identidades de maturidade, reconhecem limites e demonstram ambivalência. Em vários relatos, ajudar a família é narrado como prática de afeto, pertencimento e reconhecimento.

Essa constatação dialoga com os estudos sociais da infância, especialmente com Sarmiento (2005, 2008), ao afirmar que crianças são atores sociais e produzem cultura, sentidos e interpretações sobre o mundo em que vivem. A crítica ao adultocentrismo exige que suas vozes sejam consideradas não como ilustrações da fala adulta, mas como narrativas legítimas sobre suas próprias condições

de vida. Desse modo, o estudo contribui para preencher uma lacuna apontada pela literatura sobre adultização infantil: a escassez de investigações que tomem a narrativa de crianças e adolescentes como fonte central de análise, sobretudo em contextos rurais, periféricos e semiáridos.

Apesar disso, agência não deve ser confundida com plena autonomia. Existe risco analítico e político em romantizar a capacidade infantil de ajudar, adaptar se e resistir. Quando uma criança afirma gostar de cuidar do irmão ou sentir orgulho por trabalhar, sua fala deve ser respeitada, mas não usada para legitimar a transferência precoce de responsabilidades adultas. Como argumentam Ferreira et al. (2021), Alves (2025) e Oliveira et al. (2025), a adultização possui caráter ambivalente justamente porque combina reconhecimento subjetivo e restrição objetiva de direitos.

Essa ambivalência exige uma leitura crítica. Orgulho, afeto e responsabilidade coexistem com cansaço, tristeza, dor corporal e perda de tempo livre. Uma análise centrada apenas na vulnerabilidade reduziria os participantes à condição de vítimas; uma análise centrada apenas na agência apagaria as desigualdades estruturais que limitam suas escolhas. O desafio, portanto, é sustentar simultaneamente a escuta da criança como sujeito e a crítica às condições que tornam sua responsabilização necessária.

A participação infantil precisa ser compreendida em contexto. Crianças e adolescentes podem negociar pequenas margens de escolha, decidir como realizar tarefas, sentir satisfação por contribuir e reconhecer a importância de seus atos. Contudo, tais margens operam dentro de uma estrutura familiar e social marcada por pobreza, desigualdade de gênero, déficit de serviços de cuidado e

insuficiência de políticas de proteção. A agência existe, mas é situada, limitada e atravessada por relações de poder.

5.6. Trabalho Precoce, Proteção Integral e Fronteiras Entre Ajuda e Exploração

Questão central levantada pelos resultados refere-se à fronteira entre ajuda, cuidado, aprendizagem e exploração. Em muitos contextos familiares, a participação de crianças em pequenas tarefas domésticas pode ter caráter educativo, desde que seja compatível com sua idade, não substitua responsabilidades adultas, não comprometa a escola, o descanso, o brincar e a saúde, e não seja marcada por obrigação contínua. O problema emerge quando a colaboração se transforma em função regular, necessária ao funcionamento da casa ou à geração de renda.

Essa fronteira é socialmente construída e precisa ser analisada a partir de critérios concretos: intensidade das tarefas, frequência, idade da criança, grau de responsabilidade atribuída, existência ou não de supervisão adulta, impacto sobre escolarização, lazer, sono, saúde física e vida emocional. Assim, não basta perguntar se a criança “ajuda”; é preciso perguntar quanto ajuda, em que condições, com que consequências e que atividades deixa de realizar. Tal distinção é fundamental para evitar tanto a criminalização genérica da pobreza quanto a naturalização da exploração.

Casos de trabalho remunerado ou contribuição produtiva precoce observados no estudo reforçam essa preocupação. Alguns participantes relataram atividades associadas a comércio, roça, serviços ou obtenção de renda própria. Em suas narrativas, o

dinheiro aparece como fonte de autonomia, consumo e reconhecimento. Contudo, o reconhecimento subjetivo não elimina os riscos objetivos do trabalho precoce. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), as normativas do CONANDA e o marco brasileiro de enfrentamento ao trabalho infantil afirmam que crianças e adolescentes devem ser protegidos contra atividades que prejudiquem seu desenvolvimento, escolarização e integridade.

Nesse campo, estudos de Costa e Silva (2024), Rissi et al. (2024), Rissari et al. (2025) e Silva et al. (2024) ajudam a compreender que a exploração pode ocorrer mesmo quando não há vínculo formal de emprego ou remuneração regular. Responsabilização produtiva familiar, cuidado contínuo e trabalho doméstico invisível compõem formas de participação precoce que desafiam classificações tradicionais. De modo semelhante, Ferreira et al. (2021), Alves (2025) e Oliveira et al. (2025) indicam que adultização e trabalho precoce se articulam quando a criança passa a ocupar lugar funcional na economia moral e material da família.

Particularmente no semiárido, essa discussão não pode ser separada das condições estruturais. Informalidade, pobreza, cuidado não remunerado, distância de serviços, fragilidade de equipamentos públicos e sobrecarga materna criam situações nas quais a participação infantil parece solução imediata. Todavia, transformar necessidade estrutural em responsabilidade infantil é uma forma de deslocar para crianças e adolescentes o peso de políticas públicas insuficientes. Por isso, a proteção integral exige leitura intersetorial, capaz de articular assistência social, educação, saúde, segurança alimentar, transferência de renda e políticas de cuidado.

Também merece atenção a reconfiguração contemporânea da adultização em ambientes digitais. Sommer et al. (2025) mostram que crianças e adolescentes podem ser convocados a performances de maturidade, consumo, exposição e produtividade em plataformas digitais. Embora o presente estudo tenha se concentrado no cuidado familiar e nas responsabilidades domésticas, essa literatura amplia a compreensão do fenômeno ao indicar que adultização não ocorre apenas no espaço doméstico ou laboral, mas também nas formas simbólicas e midiáticas de antecipação da vida adulta.

5.7. Implicações para Escola, Assistência Social e Políticas Públicas

5.7.1. Para a Escola

Do ponto de vista escolar, os achados indicam a necessidade de desenvolver mecanismos sensíveis de identificação de sobrecarga. Cansaço frequente, sonolência, atrasos, faltas, queda de rendimento, dificuldade de concentração, relatos de falta de tempo, isolamento ou abandono de atividades lúdicas podem indicar responsabilidades familiares excessivas. Tais sinais, contudo, não devem ser interpretados automaticamente como negligência familiar. Em contextos de pobreza, a escola precisa evitar respostas moralizantes e construir estratégias de escuta, acolhimento e articulação com a rede de proteção.

Escutar crianças e adolescentes constitui ação pedagógica e protetiva. Inspirada nos estudos sociais da infância e no princípio da participação previsto no ECA, a escola pode criar espaços seguros para que estudantes falem sobre rotina, cuidado, trabalho, descanso

e brincar. Essas práticas devem preservar confidencialidade, evitar exposição pública e respeitar a singularidade das experiências. Bardin (2011), Franco (2005) e Minayo (2014), embora situadas no campo metodológico, ajudam a lembrar que a escuta qualificada exige atenção ao dito, ao não dito, às recorrências e aos sentidos produzidos pelos sujeitos.

Ações de educação em direitos também são necessárias. Crianças e adolescentes precisam conhecer seus direitos sem que isso produza conflito simplista com suas famílias. Ao mesmo tempo, responsáveis devem ser envolvidos em debates sobre participação doméstica, divisão de tarefas, tempo de estudo, descanso e lazer. A escola pode fortalecer espaços de brincar, convivência, esporte, cultura e participação estudantil, especialmente em territórios onde o acesso a equipamentos públicos é limitado. Nessa direção, UNICEF e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023, 2024) reforçam que a escola é ponto estratégico de prevenção, identificação e encaminhamento de violações.

5.7.2. Para a Assistência Social

No âmbito da assistência social, torna-se fundamental reconhecer a existência de crianças e adolescentes cuidadores. Famílias com idosos dependentes, pessoas com deficiência, crianças pequenas, adultos adoecidos ou responsáveis inseridos em trabalho informal podem demandar acompanhamento mais próximo. O mapeamento dessas situações pelo CRAS e, quando necessário, pelo CREAS, deve ocorrer de forma protetiva, não punitiva e contextualizada.

Atuação assistencial baseada exclusivamente na responsabilização das famílias tende a agravar vulnerabilidades. Muitas mães e

responsáveis recorrem à ajuda de filhos porque não dispõem de rede de apoio, creche em tempo suficiente, serviços de cuidado, renda adequada ou condições laborais protegidas. Portanto, reconhecer o cuidado infantil invisível implica ampliar suporte familiar, fortalecer benefícios socioassistenciais, promover acompanhamento psicossocial e articular educação, saúde e proteção social.

Especial atenção deve ser dada às meninas. Como os resultados indicam maior responsabilização feminina no espaço doméstico, profissionais da assistência social precisam incluir a dimensão de gênero nos instrumentos de acompanhamento. Perguntas sobre quem cuida, quem limpa, quem prepara alimentos, quem acompanha irmãos e quem deixa de brincar ou estudar por causa dessas tarefas ajudam a tornar visível uma sobrecarga frequentemente naturalizada. Essa perspectiva dialoga com Pessoa e Silva (2025), Bourdieu (1999), Rizzini (2009) e Costa e Silva (2024), ao evidenciar que desigualdades de gênero não começam na vida adulta.

5.7.3. Para Políticas de Cuidado

Em plano mais amplo, os achados apontam para a urgência de políticas públicas de cuidado no semiárido. Contraturno escolar, creches, espaços comunitários de lazer, programas culturais, esporte, transporte escolar adequado, apoio a famílias com pessoas idosas ou com deficiência e fortalecimento da atenção básica são medidas que podem reduzir a transferência de responsabilidades para crianças e adolescentes. Sem infraestrutura pública, a família permanece como unidade quase exclusiva de cuidado, e dentro dela as tarefas tendem a recair sobre mulheres e meninas.

Programas de transferência de renda e segurança alimentar também se relacionam diretamente ao enfrentamento da adultização. Quando a renda familiar é insuficiente, adolescentes podem buscar trabalho precoce ou assumir tarefas para permitir que adultos trabalhem. Fortalecer políticas redistributivas não elimina automaticamente a sobrecarga doméstica, mas reduz pressões econômicas que favorecem a responsabilização infantil. Sob essa ótica, proteção da infância e combate à pobreza não são agendas separadas.

Políticas de cuidado devem considerar especificidades territoriais. No semiárido, distâncias, precariedade de serviços, informalidade laboral e desigualdades históricas exigem soluções intersetoriais e territorializadas. Medidas universais precisam dialogar com realidades locais, incluindo comunidades rurais, distritos, famílias extensas e arranjos domésticos diversos. Assim, a adultização infantil deve ser tratada não como desvio moral de famílias pobres, mas como efeito de desigualdades sociais que atravessam a organização cotidiana do cuidado.

Também se torna necessário ampliar o repertório institucional de identificação do fenômeno. Protocolos de trabalho infantil muitas vezes privilegiam atividades remuneradas ou produtivas visíveis, enquanto tarefas domésticas e cuidado familiar permanecem em zona cinzenta. Incorporar perguntas sobre cuidado de irmãos, idosos, pessoas com deficiência, preparo de alimentos, limpeza da casa, tempo livre e cansaço corporal pode tornar a rede de proteção mais sensível às formas domésticas de adultização.

5.8. Limitações do Estudo

Como toda investigação qualitativa situada, este estudo apresenta limitações que delimitam o alcance de seus achados. A pesquisa foi realizada em uma única escola pública do Distrito de Santana do Sobrado, em Casa Nova, Bahia, com amostra intencional composta por 22 participantes. Desse modo, os resultados não permitem generalização estatística para todas as crianças e adolescentes do semiárido baiano ou de outros contextos sociais.

Predominância de meninas, embora analiticamente relevante para discutir a feminização do cuidado, também limita a comparação entre experiências masculinas e femininas. Estudos posteriores poderiam ampliar a participação de meninos, investigar diferenças por idade, raça, território, composição familiar e condição socioeconômica, além de incluir crianças fora da escola ou com trajetórias escolares interrompidas, grupo possivelmente mais exposto a trabalho precoce e invisibilidades de cuidado.

Outra limitação refere-se à ausência de entrevistas com familiares, professores, gestores escolares e profissionais da rede de proteção. A opção metodológica por privilegiar as vozes de crianças e adolescentes foi coerente com o objetivo do estudo e com a crítica ao adultocentrismo, mas impede confrontar os relatos com outras perspectivas sobre a organização familiar, a percepção escolar e os fluxos institucionais de proteção. Investigações futuras poderiam adotar desenho multivocal, preservando a centralidade da narrativa infantil sem desconsiderar a complexidade relacional do fenômeno.

Deve-se considerar ainda a possível influência do vínculo prévio da pesquisadora com a escola. Esse vínculo favoreceu acesso, confiança e compreensão do contexto, mas também pode ter produzido efeitos de desejabilidade social, autocensura ou tentativa de

responder de modo considerado adequado. O uso de diário de campo, a atenção às expressões não verbais e o compromisso reflexivo buscaram mitigar tal risco, em consonância com Minayo (2014), Bardin (2011), Franco (2005), Tong et al. (2007) e O'Brien et al. (2014), que ressaltam a importância da reflexividade, da transparência procedimental e do rigor em estudos qualitativos.

Dados baseados em autorrelato constituem outra delimitação. Crianças e adolescentes podem subnotificar experiências sensíveis, minimizar situações de sofrimento, omitir conflitos familiares ou naturalizar responsabilidades excessivas. A ausência de observação domiciliar também impediu acompanhar diretamente a execução das tarefas e a dinâmica concreta do cuidado no espaço familiar. Ainda assim, essa limitação não reduz a relevância dos relatos; ao contrário, evidencia a necessidade de escutas metodologicamente cuidadosas sobre experiências frequentemente silenciadas.

Este estudo não pretendeu produzir diagnóstico jurídico individual de trabalho infantil, negligência ou violação de direitos. Seu objetivo foi compreender sentidos, rotinas e formas de responsabilização precoce narradas pelos próprios participantes. As limitações apontadas não invalidam os achados, mas delimitam seu alcance interpretativo. Em conjunto, os resultados oferecem evidências consistentes de que a adultização infantil, no contexto investigado, articula cuidado invisível, moralidade familiar, desigualdade de gênero, trabalho precoce, restrição do brincar e insuficiência de políticas públicas de proteção.

Em síntese, a discussão evidencia que a adultização infantil observada em Santana do Sobrado não se limita ao trabalho precoce visível, remunerado ou formalmente reconhecido, mas se organiza

sobretudo no cotidiano doméstico, por meio de responsabilidades de cuidado, limpeza, vigilância e apoio familiar moralmente legitimadas como “ajuda”. Esse processo revela uma tensão persistente entre proteção integral e necessidade familiar, entre agência infantil e desigualdade estrutural, entre participação doméstica e sobrecarga.

Ao mesmo tempo, os achados demonstram que tal adultização é profundamente generificada, pois recai com maior intensidade sobre meninas e antecipa a identidade social de cuidadoras e donas de casa. Assim, compreender a adultização no semiárido baiano exige deslocar o olhar da excepcionalidade da exploração para a normalidade das rotinas familiares, nas quais afeto, dever, pobreza, gênero e ausência de políticas públicas se entrelaçam na produção de infâncias possíveis, mas frequentemente privadas de brincar, descanso e proteção plena.

6. CONCLUSÃO

Este estudo respondeu à pergunta de pesquisa ao demonstrar que a adultização infantil, no contexto investigado em Santana do Sobrado, manifesta-se principalmente pela atribuição precoce de tarefas domésticas, pelo cuidado de irmãos e familiares, pela inserção em atividades produtivas em alguns casos e pela restrição do tempo destinado ao brincar, ao descanso e à sociabilidade entre pares. Trata-se de um processo cotidiano, muitas vezes naturalizado pelas próprias crianças e adolescentes como parte da vida familiar, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais, sobrecarga doméstica e insuficiência de políticas públicas de cuidado.

A principal contribuição científica do artigo consiste em evidenciar que a adultização não é vivida de modo unívoco. Nas narrativas analisadas, ela aparece simultaneamente como dever, ajuda, orgulho, maturidade, cansaço e perda de tempo próprio. Essa ambivalência impede interpretações simplificadoras, pois as crianças e adolescentes não se apresentam apenas como vítimas passivas, mas também não podem ter sua agência romantizada, uma vez que suas escolhas são produzidas em condições estruturais desiguais.

Do ponto de vista teórico, o estudo contribui ao articular adultização infantil, cuidado familiar, gênero, pobreza, agência infantil e infância no semiárido baiano. Os achados mostram que a antecipação de responsabilidades adultas se organiza de forma generificada, incidindo de maneira mais intensa sobre meninas, especialmente por meio da aprendizagem precoce do cuidado e da identidade doméstica. Assim, a adultização aparece como fenômeno socialmente produzido, sustentado por normas familiares, expectativas de gênero e desigualdades territoriais.

As implicações práticas apontam para a necessidade de políticas intersetoriais capazes de reconhecer e enfrentar essas formas invisíveis de sobrecarga. A escola deve ser fortalecida como espaço de escuta e identificação de sinais de cansaço, evasão simbólica e restrição do brincar. A assistência social deve atuar de modo não punitivo junto às famílias, considerando suas vulnerabilidades materiais. Além disso, políticas de cuidado, proteção social, educação integral e garantia do direito ao brincar são fundamentais para reduzir a transferência de responsabilidades adultas para crianças e adolescentes.

Reconhecer a adultização infantil exige olhar para além do trabalho infantil formal e identificar as formas cotidianas, naturalizadas e invisíveis pelas quais crianças e adolescentes passam a sustentar responsabilidades adultas no interior das famílias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, A. W. da S. **Desafios para combater a adultização precoce no Brasil**. Revista OWL, v. 3, n. 5, p. 1-20, 2025. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17313061>. Disponível em: <https://revistaowl.com.br/index.php/owl/article/view/448>. Acesso em: 24 mai. 2026.

ANDION, C.; GONSALVES, A. K. R.; GONÇALVES, T. **30 anos de direitos da criança e do adolescente no Brasil**: avanços, desafios e o papel da sociedade civil. Opinião Pública, Campinas, v. 29, n. 1, p. 226-269, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-01912023291226>. Acesso em: 24 mai. 2026.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 25 fev. 2026.

CONANDA – CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.** Brasília, DF: CONANDA, 2006.

COSTA, A. Í. R.; SILVA, L. A. M. da. **Trabalho infantil e o ciclo da pobreza na realidade brasileira.** Caderno Pedagógico, v. 21, n. 9, e7821, 2024. DOI: <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n9-131>. Acesso em: 24 mai. 2026.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FERREIRA, H. M.; FERREIRA, F. I.; MELO, B. C. de F. **A adultização infantil na contemporaneidade:** as escolhas das crianças. Humanidades & Inovação, Palmas, v. 8, n. 68, p. 208-223, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/7040>. Acesso em: 24 mai. 2026.

FIM, M. M. dos S.; CÉSAR, J. M. **As práticas adultocêntricas nas políticas públicas destinadas às infâncias no Brasil:** pistas para aproximações de um devir-erê. Childhood & Philosophy, Rio de Janeiro, v. 18, e67615, p. 1-26, 2022. DOI: <https://doi.org/10.12957/childphilo.2022.67615>. Acesso em: 24 mai. 2026.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo.** 3. ed. Brasília: Liber Livro, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUERRES-ZUCCO, D.; OLIVEIRA, M. R. G. de. **Educação infantil pública:** lugar de encontro de múltiplas infâncias. Pro-Posições, Campinas, v. 35, e2024c1205BR, 2024. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8678669>. Acesso em: 24 mai. 2026.

LIMA, B. S. A. de; LUVISCH, H. D.; CARONI, L. **ECA comemora 35 anos:** um marco civilizatório de inspiração e influência para a proteção dos direitos da criança e do adolescente. Revista Foco, v. 18, n. 5, e8731, p. 1-18, 2025. DOI: <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v18n5-205>. Acesso em: 24 mai. 2026.

LIMA, R. S. de S. **Vulnerabilidade digital e riscos da adultização de menores em plataformas de mídia social.** Periódicos Brasil – Pesquisa Científica, v. 4, n. 2, p. 321-331, 2025. Disponível em: <https://periodicosbrasil.emnuvens.com.br/revista/article/view/390>. Acesso em: 24 mai. 2026.

MARTTI, F. C. M.; SANTANA, M. L. da S.; OLIVEIRA, N. C. **Diversidade cultural em região fronteiriça:** Sociologia da infância e educação escolar. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 17, n. esp.2, p. 1356-1374, 2022. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17iesp.2.16989>. Acesso em: 24 mai. 2026.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NÓBREGA, S. S. da. **O paradigma da adultização de crianças e adolescentes:** um estudo sobre a urgência da proteção integral. In: CONHECIMENTO em rede: explorando a multidisciplinaridade. 3. ed. [S. l.]: Editora Impacto Científico, 2025. p. 961-975. DOI:

<https://doi.org/10.56238/edimpecto2025.090-069>. Acesso em: 24 mai. 2026.

OLIVEIRA, K. S. P.; JESUS, M. S. de; SOUZA, M. M. A. de. **Trajetórias interrompidas: vidas marcadas pela adultização**. Recife: Casa Editorial Setentrional, 2025. 239 p. ISBN 9798313379593. DOI: 10.5281/zenodo.15001028.

PESSOA, A. P. C.; SILVA, A. V. B. da. **Adultização e sexualização infantil: relações de gênero, classe e raça**. Ensino em Perspectivas, Fortaleza, v. 6, n. 1, p. 1-16, 2025. DOI: <https://doi.org/10.52521/enpe.v6i1.16520>. Acesso em: 24 mai. 2026.

RISSARI, J. R. *et al.* **Adultização precoce e percepção social: desafios para famílias, escolas, pediatria e políticas públicas no Brasil**. Brazilian Journal of Health Review, Curitiba, v. 8, n. 5, p. 1-11, 2025. DOI: <https://doi.org/10.34119/bjhrv8n5-264>. Acesso em: 24 mai. 2026.

RISSI, G. P. *et al.* **Jovens cuidadores no Brasil: desafios da responsabilidade prematura em domicílios**. Aquichan, Chía, v. 24, n. 4, e2444, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5294/aqui.2024.24.4.4>. Acesso em: 24 mai. 2026.

RIZZINI, I. **Crianças e menores: do pátrio poder ao pátrio dever**. Um histórico da legislação para a infância no Brasil. In: RIZZINI, I.; PILOTTI, F. (org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009. p. 97-149.

RIZZINI, I.; COUTO, R. M. B. do (org.). **Entre a casa, as ruas e as instituições: crianças e adolescentes em acolhimento institucional no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2021. 160 p. Disponível em:

https://www.editora.puc-rio.br/media/Entre%20a%20casa%20a%20rua%20e%20as%20instituicoes_7-1-19.pdf. Acesso em: 25 fev. 2026.

RODRIGUES, I. M.; SILVA, R. M.; VASCONCELOS, T. da R.; MEDEIROS, E. G. de S. **Crianças e adolescentes vivendo em situação de rua: um diálogo com as políticas públicas.** Saberes Plurais: Educação na Saúde, Porto Alegre, v. 7, n. 1, e128338, 2023. DOI: <https://doi.org/10.54909/sp.v7i1.128338>. Acesso em: 24 mai. 2026.

SARMENTO, M. J. **Gerações e alteridade:** interrogações a partir da Sociologia da Infância. Educação & Sociedade, Campinas, v. 26, n. 91, p. 361-378, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000200003>. Acesso em: 24 mai. 2026.

SILVA, M. C. M. da; BRAGA, I. F.; SILVA, D. A. **Expressões do trabalho infantil no cotidiano de crianças em uma comunidade periférica:** suas percepções sobre direitos. Interface (Botucatu), Botucatu, v. 28, e240110, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/interface.240110>. Acesso em: 24 mai. 2026.

SOMMER, A. *et al.* **Acelerando a infância no meio digital:** impactos psicológicos da adultização em crianças. Periódicos Brasil – Pesquisa Científica, v. 5, n. 2, p. 920-942, 2026. DOI: <https://doi.org/10.36557/2674-9432.2026v5n2p920-942>. Acesso em: 24 mai. 2026.

SOUSA, N. K. M. de *et al.* **Políticas públicas de enfrentamento ao trabalho infantil.** Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 33, e33006, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-7331202333006>. Acesso em: 24 mai. 2026.

UNICEF – FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil**. São Paulo: UNICEF; FBSP, 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/16421/file/panorama-violencia-letal-sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2026.

VILAR, R. P. *et al.* **Adultização na infância:** um olhar sobre as formas de violências e maus-tratos precoces e seus impactos no desenvolvimento infantil. *Saúde Coletiva* (Barueri), v. 17, n. 107, p. 19874-19887, 2026. DOI: <https://doi.org/10.36489/saudecoletiva.2026v17i107p19874-19887>. Acesso em: 24 mai. 2026.